

PMDB exigirá voto fiel a seu programa



Lourenço diz que diálogo permite avanço

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), atribuiu ontem a falta de avanços na Constituinte à quebra do diálogo entre as facções políticas existentes no Congresso. "No momento em que se interrompe o diálogo e o entendimento político, há um confronto total", frisou o deputado.

Respondendo sobre quem teria interrompido esse diálogo, José Lourenço, pertencente às correntes conservadoras, acabou culpando o PMDB. Ele disse que, "como ocorre na lei de física, em política a toda ação corresponde uma reação", e condenou em seguida o comportamento do líder do PMDB, senador Mário Covas: "Quantas e quantas vezes — indagou — foi mudada a composição da Subcomissão da Reforma Agrária?" Segundo ele, por várias vezes Covas promoveu a substituição de moderados por "homens de esquerda", o que teria provocado "igual reação" do lado contrário.

O líder pefelista deixou claro de qualquer modo, que não se opõe a todos os resultados da Constituinte até agora, mesmo os que vem sendo mais combatidos, como o que diz respeito à definição de empresa nacional que daria margem — segundo várias interpretações — a um acelerado avanço do capital externo no Brasil. "Temos que definir o país que queremos. Temos que nos definir, por exemplo, entre o capital de risco ou os empréstimos externos", frisou o líder, dizendo que não vê motivo em impedir que empresas estrangeiras sejam implantadas no país.

Lourenço, que manteve reunião ontem com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, e com o líder no Senado, Carlos Chiarelli, para traçar as diretrizes da atuação do partido na Constituinte daqui por diante, voltou a combater os sistemas mistos de governo, pois através deles "não se sabe quem manda, se o presidente da República ou o primeiro-ministro". Frisou ainda que seu partido é contrário à estatização da economia e, quanto ao relatório final da Subcomissão da Ordem Econômica, que representaria um risco ao monopólio da Petrobrás, disse não ver grandes alterações em relação ao que já existe.

Emenda visa menor poder ao Executivo

O deputado Victor Faccioni (PDS-RS) apresentará emenda ao relatório da Subcomissão do Poder Executivo, que integra a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, separando a chefia de estado da chefia de governo, ficando a primeira com o presidente da República e a segunda com o Primeiro-Ministro.

A comunicação foi feita ontem pelo deputado, em discurso feito no plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Em sua justificativa, Victor Faccioni disse que, se ficar como foi aprovada na Subcomissão do Poder Executivo a proposta referente ao sistema de governo, teremos um super-presidencialismo congressual, no qual o presidente da República teria maiores poderes do que, por exemplo, o presidente dos Estados Unidos. O deputado explicou que nos Estados Unidos o presidente da República, mesmo sendo chefe de governo e ao mesmo tempo chefe de estado, não tem o poder de dissolver a Câmara dos Deputados.

Victor Faccioni diz que é incongruência querer identificar como neoparlamentarismo um sistema que dá ao presidente da República a chefia de estado com a chefia de governo, "a quem se subordina todo o gabinete e o Primeiro-Ministro e, ao mesmo tempo, dá o poder de dissolver a Câmara dos Deputados."



Conservadores e progressistas abrem mão do radicalismo e admitem negociar

Correntes abrem diálogo sobre Ordem Econômica

"A necessidade imperiosa da negociação", deflagrada por Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, começou a surtir efeito dentro da Comissão da Ordem Econômica. Reunidos ontem pela manhã e à tarde, o presidente José Lins (PFL-CE), o relator Severo Gomes (PMDB-SP) e as diversas correntes políticas ali representadas conseguiram, sem maiores atropelos, chegar a um acordo: o esboço do anteprojeto será distribuído aos constituintes para o debate com dois dias de antecedência da apresentação do parecer final.

A iniciativa prevê a abertura do diálogo e dos entendimentos entre as forças conservadoras e progressistas que se radicalizaram durante a primeira etapa dos trabalhos nas subcomissões, chegando a uma neutralidade na questão relativa à política agrícola e fundiária e reforma agrária, quando acabou não sobrando nada para nenhum dos dois lados.

Severo Gomes, em consonância com José Lins, receberá emendas dos constituintes até à meia-noite do dia 6, mas apresentará um anteprojeto inacabado no dia 4 de junho. O relator terá então, dois dias, para concluir o seu parecer, que será apresentado em caráter definitivo à Comissão de Ordem Econômica no dia 8 de junho.

Na reunião, no entanto, este acerto não foi reconhecido como de fundamental importância por todos os presentes. Em seguida, foi retomada a discussão sobre as questões relativas às alterações que modificaram o relatório da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica elaborado por Virgildásio de Senna (PMDB/BA).

Constituintes do PMDB, do PDS, PDT e do PT exigiram a definição de normas claras para que possam ser rigorosamente cumpridas, denunciando as "imposições não regimentais" que comprometeram a votação dos relatórios das subcomissões. Dentre eles, se destacaram nesta questão, Myriam Portella (PDS/PI), Luís Salomão (PDT/RJ), Irma Passoni (PT/SP) e Percival Muniz (PMDB/MT). O clima reinante permitiu ao relator Severo Gomes presumir que será possível fazer modificações importantes nos relatórios da Ordem Econômica.

"Se o PMDB apoiou o PDS em um primeiro momento, o PDS poderá apoiar o PMDB daqui para a frente", frisou. A preocupação do senador paulista concentra-se especialmente nas questões relativas aos princípios gerais, onde o diálogo desponta como o melhor caminho para negociações capazes de apontar avanços na ordem econômica.

Para Luís Salomão, cinco artigos, precisam ser revistos: o artigo 1º, no qual a ordem econômica se fundamenta na livre iniciativa, e não no trabalho, conforme acha que deveria ser; o artigo 3º, onde a definição de empresa brasileira se limita a ter sede no país e estar organizada de acordo com as leis brasileiras, o que na sua opinião deixa o espaço aberto à entrada do capital estrangeiro; os artigos 5º e 6º nos quais o papel do estado como agente produtivo deixou de existir; o artigo 13º, que ao seu ver representou uma derrocada no monopólio estatal do Petróleo, relegando-o à pesquisa e à lavra, deixando as refinarias para o capital privado e ainda o artigo 14º, no que tange à abertura que se deu ao aproveitamento do potencial hidráulico e mineral em terras

indígenas e de fronteiras por empresas nacionais, que, pela definição, podem ter até 100% de capital estrangeiro.

Mais radicais, Irma Passoni e Percival Muniz solicitaram a presença dos constituintes Delfim Netto (PDS/SP) Roberto Campos (PDS/MRT) e Afif Domingos (PL/SP) para justificarem publicamente os motivos que os levaram à apresentação de emendas "entreguistas das riquezas nacionais aos estrangeiros", que acabaram sendo aprovadas. Da mesma forma, o "convite" foi estendido aos constituintes que votaram a favor de tais propostas. Pelo PFL, Gilson Machado (PE), que votou optando pelas emendas do PDS, admitiu a possibilidade de entendimento no que diz respeito à defesa das fronteiras do país e dos recursos naturais, com restrições ao capital estrangeiro, embora confessando que a iniciativa privada é hoje uma tendência mundial, teoria defendida por Roberto Campos. Entre todos os presentes, no entanto, foi o constituinte Fernando Santana (PCB/BA) que ao alertar a burguesia nacional sobre a hegemonia da burguesia internacional claramente definida pelo relatório de princípios gerais, confessou sentir "uma profunda depressão" ao assistir depois de 50 anos a elaboração de uma Constituição que "deverá jogar por terra a soberania nacional, que até mesmo na Constituição de 1937 estava assegurada com a definição de empresas brasileiras como "constituídas no Brasil com 100% de capital nacional".

Dos 64 constituintes da Comissão de Ordem Econômica, 36 são considerados conservadores, 23 são progressistas e cinco não possuem definição clara.

A cúpula do PMDB decidiu ontem que a sua bancada na Constituinte deverá votar nas Comissões de acordo com o programa do partido, o que não ocorreu durante a votação de pelo menos três relatórios nas Subcomissões. Caberá aos líderes pemedebistas evitar posições extremadas ainda na fase de elaboração dos pareceres nas oito Comissões temáticas, antes, portanto, que sejam enviados à Comissão de Sistematização, encarregada de apresentar ao plenário da Casa o projeto de constituição.

Esta foi a principal conclusão a que chegaram os oito relatores das Comissões, todos do PMDB, em reunião, ontem de madrugada, com os líderes na Câmara, Luiz Henrique, no Senado, Fernando Henrique Cardoso e na Constituinte, senador Mário Covas, na residência do presidente da Constituinte e do partido, deputado Ulysses Guimarães. O líder do governo, deputado Carlos Santana também participou do encontro.

Retrocesso

Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, os resultados obtidos na Subcomissão da Reforma Agrária foram mais conservadores do que a Constituição promulgada pela Junta Militar de 1969. Ele identificou ainda as maiores divisões dentro do PMDB nas votações nas Sub-

comissões em relação à privatização e estatização da economia, utilização de recursos públicos nas áreas de saúde e educação, a questão do monopólio do Estado no setor do petróleo e o problema da reforma agrária. A seu ver, as diferenças são explicadas porque os constituintes estão mais vinculados aos seus eleitores do que ao partido: "A média da opinião não foi obtida nas Subcomissões devido à atuação dos grupos de interesses. Mas, nas Comissões, será mais fácil chegar a um equilíbrio entre as correntes conservadoras e mudancistas", disse.

E esta polarização entre os progressistas e conservadores que a cúpula do PMDB quer evitar, agora na fase de elaboração dos pareceres nas Comissões. "Há um espaço razoável de negociação para eliminar o clima de tensão entre as correntes", resumiu o relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), durante sua intervenção na reunião na residência de Ulysses Guimarães.

O líder na Câmara, Luiz Henrique, também acredita que, durante os trabalhos nas comissões, haverá um equilíbrio maior entre as diferentes correntes dentro do PMDB, uma vez que o partido vai atuar mais intensamente para que haja uma maior harmonização na conduta da bancada. "Os relatores vão fazer o trabalho de recomposição da bancada", assinalou.

Extremos disputam centro

A Constituinte entrou na curva que vai levá-la à entrada da reta final, na Comissão de Sistematização. A direita e a esquerda — pelotões que lideram a corrida desde o início dos trabalhos da Assembleia — sabem que para vencer essa curva sem perder posições, e até avançar um pouco, vai ser preciso contar com a ajuda do pelotão intermediário, onde estão os constituintes de centro. Agora, começa uma avaliação da nova correlação de forças que estabelece com a conjugação das 24 subcomissões em oito comissões temáticas.

A esquerda e a direita também sabem claramente onde avançaram demais e onde podem, ou devem negociar. "Andamos muito para a direita" já admitiu o deputado Expedito Machado (PMDB/CE), um dos líderes do chamado grupo Centro Democrático do PMDB. A preocupação dos progressistas do PMDB e dos constituintes dos partidos de esquerda é com os pemedebistas que eles consideram democratas, mas que votaram com a direita e com os conservadores nas subcomissões. A luta maior dos progressistas vai ser para reconquistar os pemedebistas que votaram contra a reforma agrária e se

aliaram à direita na subcomissão de princípios gerais e intervenção do estado.

A esquerda, embora sem admitir abertamente, tem algumas coisas a negociar. A estabilidade, desde a admissão do trabalhador e o fim do trabalho temporário, podem entrar na lista de negociáveis, desde que a direita e os conservadores cedam nas questões da ordem econômica, como a definição mais fechada de empresa nacional, ou na questão do papel das Forças Armadas. Oito pemedebistas ajudaram os conservadores a definir empresa nacional simplesmente como aquela que tem sua administração no Brasil e foi constituída de acordo com as leis do país.

"Nosso inimigo não é o Carlos Santana, ou o pessoal do centro democrático", dizia nos corredores do Congresso um deputado da esquerda. "É preciso reconquistar esses constituintes para não perdermos no essencial". O certo é que correlação de forças está mudada. Nas subcomissões, as posições eram mais maniqueístas. Agora, as posições se diluem mais e as negociações vão recomeçar. A direita e a esquerda vão buscar aliados no centro.